

## O debate sobre a distribuição de renda em 1970: trajetórias e a dinâmica da produção do conhecimento em Economia

The debate on income distribution in 1970: trajectories and the dynamics of knowledge production in Economics

Ender Lucas Ferreira<sup>a</sup>

**Resumo:** O objetivo do artigo é reexaminar o debate sobre a distribuição de renda no Brasil no início de 1970. Na metodologia do trabalho, procura-se articular o caráter conflitivo do debate, levando em consideração as redes formadas entre os economistas, suas trajetórias, os argumentos levantados em artigos acadêmicos e na imprensa escrita. De um lado estão os economistas próximos ao governo, como Carlos Geraldo Langoni. Por outro, houve também outras interpretações, como as de Albert Fishlow, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Paul Singer, Edmar Lisboa Bacha, John Wells, Pedro Malan e Rodolfo Hoffmann.

**Palavras-chave:** História do pensamento econômico brasileiro; debate; trajetórias; distribuição de renda.

**Classificação JEL:** B29; B30; B31

**Abstract:** The goal of this article is to re-examine the debate on income distribution in Brazil in the early 1970s. In the methodology, an attempt is made to articulate the conflicting nature of the debate, taking into account the networks created by economists, their trajectories, the arguments raised in academic articles and in the written press. On one side are economists close to the government, such as Carlos Geraldo Langoni. On the other hand, there were also other interpretations, such as those by Albert Fishlow, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Paul Singer, Edmar Lisboa Bacha, John Wells, Pedro Malan and Rodolfo Hoffmann.

**Keywords:** History of Brazilian economic thought; debate; trajectories; income distribution.

**JEL Classification:** B29; B30; B31.

---

<sup>a</sup> Mestre em Economia pelo PPGEconomia/Unifal-MG. E-mail: [enderlf@yahoo.com.br](mailto:enderlf@yahoo.com.br)

## 1. Introdução

No início da década de 1970, um extenso debate desalinhou a ordem do dia daqueles que estavam ocupados com o crescimento da economia brasileira, uma vez que tudo parecia indicar uma piora na distribuição de renda no Brasil. Com a divulgação do Censo de 1970 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a preocupação com os dados referentes à população brasileira mobilizou um extenso debate, configurando um campo de batalhas entre aqueles que se propuseram a explicar a questão da distribuição de renda. De um lado estiveram os economistas que eram próximos teórica ou institucionalmente ao governo, como é o caso de Carlos Geraldo Langoni, e suas de ligações com o então Ministro da Fazenda Delfim Netto. Por outro lado, a desigualdade de renda indicada pelo Censo ensejou outras interpretações, tais como as de Albert Fishlow, Maria da Conceição Tavares, José Serra, Paul Singer, Edmar Lisboa Bacha, John Wells, Pedro Malan e Rodolfo Hoffmann.

Os debates representam casos paradigmáticos para entender as disputas que permeiam o espaço dos economistas, e o foco de análise tem recaído nas argumentações dos autores envolvidos. Maria Malta et al. (2011), buscando estudar a história do pensamento econômico por meio das controvérsias identificou as duas posições centrais: primeiro, a explicação contida nos trabalhos de Langoni, e que ganhou adesão entre os economistas do governo, assumindo o caráter de uma explicação oficial; e, em segundo, a visão crítica. Alexandre Andrada e Mauro Boianovsky (2019) discutem a face internacional do debate. Assim, em 1972, Robert McNamara [Banco Mundial], usando os estudos de Fishlow (1972), mencionou que o Brasil era incapaz de converter as altas taxas de crescimento em bem-estar para a população mais pobre do país. O discurso foi fundamental para estimular a controvérsia sobre a concentração de renda, traduzindo-se em uma importante questão para o contexto. Porém, em que se pesem as visões dos economistas envolvidos no debate, as suas respectivas trajetórias nem sempre foram estudadas como parte integrante das controvérsias.

No período pós-Segunda Guerra, diferentes grupos de economistas, concorrentes entre si, fomentaram formas alternativas de práticas e estratégias profissionais, inspirado em diferentes paradigmas teóricos (MONTECINOS, 1996). De um lado, existiram grupos de economistas que rejeitam os preceitos neoclássicos e reivindicam ação estatal para transformar a economia política. No outro, grupos vinculados à ortodoxia enfatizaram que há virtudes na organização social com base no mercado, sendo estes o responsável pela elevação dos níveis de prosperidade econômica. Para ambos os lados, há mecanismos de diferenciação, que se expressam em diferentes trajetórias, espaços de configurações profissionais, ligações estrangeiras, estratégias de atuação e diferenciação teórica. No Brasil, uma vez firmado as instituições especializadas na produção do conhecimento em economia<sup>1</sup>, os economistas que atuaram no país – entre brasileiros e brasilianistas –,

---

<sup>1</sup> “O crescimento das pesquisas sobre a economia brasileira foi promovido na década por um conjunto de fatores, entre eles o interesse do governo norte-americano pelo Brasil, no contexto da Guerra Fria, mas,

assumiram posições conflitantes acerca da produção do conhecimento em uma área com notáveis vínculos com o campo do poder, mas que também se formou a partir de um processo de resistência (LOUREIRO, LIMA, 1994; MONTECINOS, 1996; LOUREIRO, 1997d; LEBARON, 2001; FOURCAGE, 2006; MARKOFF; MONTECINOS; RIVADULLA, 2009; KLÜGER, 2017).

O objetivo deste artigo é analisar a trajetória dos economistas envolvidos nesse debate, como parte de descrição dos fenômenos e as ideias em disputa. Entendemos que o posicionamento dos autores é relevante no exame do processo de formulação dos trabalhos econômicos. Nós argumentamos que as trajetórias dos autores envolvidos são relevantes para a compreensão de como a distribuição da renda é examinada, projetada e interpretada por diferentes propostas de orientações políticas. Os agentes econômicos listados nesse estudo tiveram importância para a configuração do espaço dos economistas no Brasil e das instituições de produção de conhecimento em economia, por este motivo buscaram-se situar seus vínculos institucionais, políticos e sociais, apontando para a dinâmica da produção de conhecimento em economia. Nesse sentido, analisa-se um conjunto de documentos como artigos de jornais, livros de memórias, declarações públicas e a história de cada instituição envolvida no debate. O debate sobre a desigualdade de renda em 1970 foi importante para o contexto, e resguarda em seu bojo mecanismos de diferenciação entre os economistas (LOUREIRO, 1997c; LOUREIRO, 1997d; LEBARON, 2001; FOURCAGE, 2006; SAES; SAES, 2016; KLÜGLER, 2017).

Nossa hipótese central é que o debate sobre a distribuição de renda, para além da interpretação dos dados do Censo de 1970, permite captar a dinâmica da profissionalização dos economistas no Brasil, suas relações com o poder e a criação de espaços institucionais de produção e difusão do conhecimento econômico marcado por um caráter conflitivo nos posicionamentos e plural no manejo do conhecimento econômico.

O artigo está estruturado em cinco seções além dessa introdução. Na seção 2 evidenciamos a participação de Albert Fishlow e o seu importante posicionamento para ascensão do debate. Na seção 3, discutiremos as interpretações de Carlos Geraldo Langoni, um porta-voz pretensamente técnico do governo. Na seção 4 ressaltaremos o envolvimento de economistas críticos. Aqui examinaremos o posicionamento de Maria da Conceição Tavares, José Serra e as influências nas análises de Paul Singer no debate. Na seção 5 analisaremos outras interpretações críticas, como aquelas desenvolvidas por Pedro Malan, John Wells e Rodolfo Hoffmann. Em seguida, são feitas as considerações finais.

---

sobretudo, pelos financiamentos da Fundação Ford e pela cooperação com universidades brasileiras no contexto dos acordos MEC-USAID. A criação do Ipea, em 1967, e dos primeiros programas de pós-graduação em economia no Brasil, culminando com a fundação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), em 1973, foram também importantes para promover o intercâmbio de pesquisadores e professores norte-americanos, assim como para estimular professores e estudantes de pós-graduação brasileiros a fazerem doutorado nos Estados Unidos” (PRADO, 2016, p. 188).

## 2. Fishlow e a emergência do debate no contexto da ditadura

Durante a década de 1960 cresceu o número de pesquisadores norte-americanos que vieram estudar o Brasil – assim como ocorreu também em outros países da América do Sul. Uma série de acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) foram firmados. A Fundação Ford foi atuante neste processo para intercâmbio entre as universidades dos Estados Unidos e com o Brasil (FERNÁNDEZ; SUPRINYAK, 2015). A trajetória de Albert Fishlow no Brasil se dá no bojo desses laços entre as universidades norte-americanos e as instituições de produção de conhecimento em ascensão no Brasil. Fishlow chegou ao Brasil no contexto ideológico da Aliança Para o Progresso, que visava injetar recursos para ajuda militar, financeira e de recursos humanos destinados aos países da América Latina (MICELI, 1993; KLÜGER, 2017; MONTECINOS, 1996). Já no país, o brasilianista foi se engajando em diversos debates sobre a economia brasileira<sup>2</sup>.

A internacionalização do economista é um aspecto crucial para a formação de estratégias de profissionalização e atuação dos economistas que buscaram atuar no Brasil (LOUREIRO; LIMA, 1994). Ao adentrar nestes circuitos internacionais, estes economistas alcançaram notoriedade no debate nacional. Assim,

[...] produziu consideráveis impactos sobre os meios profissionais, além de influenciar também a atuação dos economistas como *policy-makers*, dando mais legitimidade política àquelas com maior inserção no circuito científico internacional (LOUREIRO, 1997d, p. 69).

Isto é, as transformações advindas com a internacionalização da economia contribuem para a consolidação de novos canais de atuação na área econômica, dentro e fora do governo (LOUREIRO, 1997d). Fishlow - mas não somente ele -, foi atuante nessa configuração de novos canais de profissionalização do economista no Brasil, o que justifica a sua escolha como marcador de polarização no debate sobre a distribuição de renda em 1970. A sua colaboração para que o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) criasse um perfil de instituto encarregado de elaborar estudos na área de economia impulsionou a carreira do economista e deu visibilidade à profissão.

---

<sup>2</sup> Raul Ekerman observando as transformações na profissão do economista diz “[...] que vieram para o IPE naquela época eram ligados à Universidade de Vanderbilt e, por isto, receberam o nome informal de grupo Vanderbilt que atuou principalmente no IPE, mas também na Fundação Getúlio Vargas. Alguns de seus representantes eram: Werner Baer, William Twest, Andrea Maneschi, Douglas Graham, Samuel Levy. Outro "grupo" que se destacou, ao final dos anos 60, foi o 'grupo Berkeley, que atuou no Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) do Ministério do Planejamento, com sede no Rio. O atual Inpes (Instituto de Pesquisas do Ipea, ligado à Seplan – Secretaria de Planejamento da Presidência da República) é herdeiro direto daquele núcleo do Ipea. Um nome que se destacou no grupo Berkeley foi Albert Fishlow [...] (EKERMAN, 1985, p. 127).

O IPEA representou papel semelhante àquele desempenhado em 1950 pelo BNDE e instituições como a FGV. No sentido de competência para a prática do economista como dirigente governamental de alto nível (LOUREIRO, 1997d, p. 85).

Entretanto, a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi um divisor de águas na atuação de Fishlow no Brasil, levando ao rompimento do seu contrato com o Instituto e voltando para a Universidade da Califórnia. Ao encerrar o convênio, mostra que estes vínculos não eram rígidos e os pesquisadores tinham margem de manobra para a tomada de decisões. Porém, não demorou para Fishlow voltar ao Brasil na condição de pesquisador independente em 1971. Neste momento, Fishlow produz os seus trabalhos sobre a distribuição de renda no Brasil. Este estudo marca um importante momento durante a ditadura militar no Brasil, sobretudo como um questionamento acerca do Milagre Econômico (1968-1973). Fishlow assim comenta a ascensão do debate e como ensejou as disputas entre os economistas,

[...] falei também com Robert McNamara [Banco Mundial], presidente do banco, que estava igualmente interessado no problema. Aí começou o grande debate com Delfim Netto, que estava no Ministério da Fazenda e não gostou nada disso. Ele conseguiu que Carlos Langoni tivesse acesso a todos os dados de 70 e queria mostrar que eu estava errado. Mas Langoni, apesar de não contar da maneira certa as pessoas com a renda maior dentro da sociedade brasileira, chegou mais ou menos à mesma conclusão que eu. Ficou claro o resultado: a distribuição de renda tinha piorado muito com a limitação do salário mínimo, e tudo isso, provavelmente, depois de 1964 (FISHLOW, 2005, p. 54).

Este momento foi importante para perceber como as interpretações sobre a distribuição da renda mobilizaram os economistas. Esta concorrência entre economistas pode ser visualizada na questão da distribuição da renda, as suas causas principais, formas de se mensurar, colocando em evidência divergências que permeiam o campo dos economistas. O debate sobre a distribuição de renda em 1970, coloca em evidência estas disputas entre os economistas. Este aspecto é paradigmático para entendermos as posições entre os economistas que estiveram próximos ou distantes ao governo<sup>3</sup>.

Uma face marcante deste debate foi a sua projeção na imprensa escrita, atingindo um público para além dos centros de produção de conhecimento. Em 1972, a Revista Veja lançou um número dedicado à temática da distribuição de renda no Brasil. Na ocasião, aparece em suas páginas a entrevista do Ministro da Fazenda Delfim Netto e Albert Fishlow, sendo os dois representantes credenciados para falar em público sobre o debate em torno da distribuição da renda. Assim, configura-se um debate, sendo capaz de

---

<sup>3</sup> Ao analisar o espaço dos economistas, entre fins da década de 1960 e começo de 1970, Klüger (2017, p. 355) afirma que “[...] os economistas brasileiros começam a definir posições acerca da produção de conhecimento em uma área disciplinar que reivindica autonomia científica, mas detém profundo enraizamento no campo do poder”.

mobilizar uma resposta por parte do governo no período do “milagre econômico” e de seus críticos.

Para o brasilianista, o “modelo” de desenvolvimento colocado em curso no Brasil não foi capaz de atender aos objetivos últimos do desenvolvimento econômico. Segundo Fishlow, houve no período altas taxas de crescimento econômico, mas que

[...] a distribuição de renda no Brasil, bem como na maioria dos países subdesenvolvidos, aparece internacionalmente entre as mais desiguais. Mais de um terço das famílias brasileiras em 1970, provavelmente, recebia, incluindo renda real inferior ao salário mínimo estabelecido para o nordeste (A RENDA..., 1972, p. 71).

Para Albert Fishlow existem três aspectos centras que explicam a distribuição de renda no Brasil. Primeiro, o Nordeste exhibe menos desigualdade que os níveis da região Leste; o segundo, a importância da educação, setor e idade não variam consideravelmente; e em terceiro, “as características de idade, setor e educação parecem constituir um indicador de desigualdade menos satisfatório nas regiões de renda mais alta [...]” (FISHLOW, 1975, p. 179). Assim, “cabe lembrar não apenas quão da desigualdade é explicada pela educação, mas também quão pouco. A idade e a educação, juntas, não respondem por mais de que um terço da variação nas rendas individuais [...]” (FISHLOW, 1975, p. 181). Segundo Fishlow uma explicação satisfatória sobre as desigualdades de renda no Brasil deve levar em consideração que

[...] entre 1964 e 1967, como consequência das políticas que restringem severamente os salários nominais, e, simultaneamente, aplicaram a ‘inflação corretiva’ – ajustamento dos preços administrado pelo Governo – os salários mínimos reais declinaram em 20%. Posteriormente, eles mal conseguiram manter essa situação. Os salários médios reais na indústria tiveram comportamento algo melhor, declinando menos e crescendo mais rapidamente, a partir de seu nadir. Os níveis de 1970 situam-se cerca de 10% acima dos rendimentos de 1964. Tendo em vista que a renda per capita cresceu consideravelmente mais rápido no mesmo intervalo, com avanço de 22%, alguém ganhou relativamente. Como vimos anteriormente, é provável que não tenha sido o setor rural, mas um segmento do setor urbano, correspondente aos usufrutuários de renda acima da média, nos subsetores de finanças, comércio etc. Essa interpretação encontra apoio na distribuição de renda agregada para 1970 (FISHLOW, 1975, p. 183-184).

Albert Fishlow chegou ao Brasil em um contexto de internacionalização das ciências econômicas, facilitado pela intensificação do intercâmbio entre pesquisadores residentes e estrangeiros. A partir de seu envolvimento com treinamento de pesquisadores e a partir de suas pesquisas, Fishlow alcançou notoriedade entre os seus pares. Naquele momento, Fishlow direciona as suas críticas às políticas econômicas colocadas em curso desde 1960. Com o seu trabalho sobre distribuição da renda foi capaz de mobilizar uma resposta por parte do Ministro da Fazenda Delfim Netto que incumbiu a Carlos Geraldo Langoni oferecer uma resposta para as desigualdades de renda.

### 3. Carlos Geraldo Langoni: um pretense porta-voz técnico do governo

Como vimos, entre 1960 e 1970, economistas brasileiros puderam experimentar oportunidades de intercâmbio. A trajetória de Carlos Geraldo Langoni se torna exemplar quando olhamos para o espaço do economista no Brasil. Langoni desenvolveu a sua carreira no âmbito da Escola de Chicago<sup>4</sup>. Esse intercâmbio foi um facilitador das credenciais para o economista se projetar como um intérprete dos problemas econômicos do país. A literatura pertinente (LOUREIRO, LIMA, 1994; MONTECINOS, 1996; LOUREIRO, 1997d; LEBARON, 2001; FOURCAGE, 2006; MARKOFF; MONTECINOS; RIVADULLA, 2009; KLÜGER, 2017), ressalta que o processo de modernização das ciências econômicas se traduziu em uma incorporação de padrões internacionais da ciência econômica. Por exemplo, dotar um corpo docente com mestres e doutores formados em universidades americanas capacitava os economistas a analisarem os problemas que passavam pela economia brasileira, ou seja, o contato com universidades norte-americanas conferiu maior legitimidade política ao economista. No plano doméstico, a internacionalização da economia reforçou polarizações entre os economistas. Sobre esse contexto, Langoni ressalta que

A Universidade de Chicago já era considerada, [...], a melhor universidade de Economia dos Estados Unidos e, certamente, uma das primeiras do mundo, com um nível extremamente seletivo de professores, a maioria deles já de grande renome como Milton Friedman, Harry [Gordon] Johnson, T.W. Schultz, George [Joseph] Stigler, Arnold Harberger. É possível imaginar a diferença de nível que eu senti, principalmente na parte quantitativa, de estatística (CARLOS..., 2019, p. 33).

Assim os alunos que foram cursar a pós-graduação por lá, possibilitou que novas análises fossem aplicadas por estes alunos para entenderem as especificidades dos países de origem, sobretudo de países latino americanos. Para Langoni, a

Universidade de Chicago se interessava muito por desenvolvimento econômico, mas com um ângulo completamente diferente do da Cepal. A escola de Economia que mais influenciou a retomada do desenvolvimento nos países emergentes foi a Escola de Chicago [...] Mas hoje, quando observamos o mundo, de 1970 para cá, vê-se perfeitamente que a influência da Escola de Chicago foi determinante nessa nova forma de analisar o desenvolvimento econômico, com destaque para o capital humano, a inovação e as privatizações (CARLOS..., 2019, p. 35).

No início de 1970, a questão pertinente à distribuição de renda ocupou a ordem do dia. Frente a isso, o governo necessitava de uma resposta, logo o então Ministro da Fazenda Delfim Netto mobilizou Carlos Geraldo Langoni para oferecê-la, desencadeando, então,

---

<sup>4</sup> Para Langoni a “Universidade de Chicago se interessava muito por desenvolvimento econômico, mas com um ângulo completamente diferente do da CEPAL. [...] de 1970 para cá, vê-se perfeitamente que a influência da Escola de Chicago foi determinante nessa nova forma de analisar o desenvolvimento econômico, com destaque para o capital humano, a inovação e as privatizações” (LANGONI, 2019, p. 35).

um debate: “Quando começaram a discutir distribuição de renda, o pessoal me chamou: ‘Langoni, você quer estudar o assunto?’” (CARLOS..., 2019, p. 48). A resposta de Langoni passou a ter uma face importante, qual seja, sua interpretação ficou associada ao governo, evidenciando uma concorrência entre os economistas que se engajaram neste debate.

Uma leitura atenta da sua obra *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*, publicada em 1973, permite elucidar como a crítica foi articulada e ofereceu novas interpretações em relação ao problema da desigualdade de renda. Os objetivos traçados na obra visam estimar a magnitude e as características das mudanças nos perfis de renda entre 1960 e 1970, em dois níveis, para o total da população do Brasil, e também separadamente por diferenças regionais e por setores da economia. O autor, então, tenta explicar os motivos pelos quais existem mudanças na composição da renda observadas durante a década:

[...] o aumento de desigualdade é uma consequência inevitável do processo de desenvolvimento [...] esta diferenciação de produtividade é refletida no mercado por uma diferenciação de salários que por sua vez toma a forma de um aumento de desigualdade [...] (LANGONI, 1973, p. 52).

Aqui, por exemplo, podemos ver como o autor trabalha a causalidade entre política econômica e aumento da desigualdade. Para ele, esta é um resultado natural do desenvolvimento econômico, e decorre da transferência de mão de obra entre setores – do “atrasado” para o “moderno” -, tornando-se algo inevitável em um processo de intensificação da industrialização. A identificação direta entre mensuração da desigualdade de renda e bem-estar social é descartada, pois são as estruturas produtivas que estão tornando inevitável o reajustamento das ocupações, bem como o automatismo do mercado que organiza o mercado de trabalho de acordo com as leis de oferta e da procura que, dado o nível de progresso tecnológico, premia, assim, a mão-de-obra qualificada apta a inserir-se nos novos setores produtivos em implantação.

Em suma, as desigualdades de renda observadas representam uma performance natural dentro de uma economia em processo intenso de mudança. Visto que uma maior escolaridade induz ao aumento da renda, de acordo com a Teoria do Capital Humano, isso impactaria nos rendimentos salariais:

A relação entre nível de educação e remuneração do trabalho é justificada a priori pela teoria do capital humano os investimentos em educação resultam em acréscimos de produtividade, cuja contrapartida no mercado é o ganho de salário real e que constitui justamente nos benefícios (privados) destes investimentos (LANGONI, 1973, p. 103).

Desse modo, Langoni aplica a Teoria do Capital Humano, e observa que há uma relação positiva entre aumento marginal da educação com a produtividade, ou seja, uma maior escolaridade contribui para um aumento marginal na renda individual. Neste sentido, Langoni entende que o grupo de indivíduos que recebe renda monetária inferior ao salário mínimo é formado, em grande parte, por analfabetos que estão fortemente concentrados no

setor primário. Seus baixos níveis de renda refletem, sumariamente, os seus baixos níveis de produtividade (Langoni, 1973).

Langoni entende que essa baixa produtividade é explicada devido a uma condição natural de uma economia capitalista em fase de transição. Ocorre que as economias capitalistas que alcançaram um desenvolvimento econômico, seguiram a seguinte trajetória: há a fase de crescimento, com a contrapartida de péssimos resultados na distribuição da renda, como já mencionado.

Podemos compreender que, ao tratar o fenômeno da desigualdade como um resultado natural e não conscientemente causado pela política econômica adota pelo governo, Langoni, a um só tempo: justifica o desenvolvimento econômico vivido nos últimos anos como uma conquista e, por outro lado, deixa claro que a piora da desigualdade de renda seria o resultado de um desenvolvimento econômico virtuoso. Destaquemos que ele vem acompanhado de um forte instrumental econômico, moderno, tanto do ponto de vista da teoria do capital humano, quando da instrumentalização matemática, dois dos pilares do processo de modernização econômica.

Esse debate sobre a distribuição de renda estampou diversas páginas na imprensa escrita. Por exemplo, em 1973, Carlos Geraldo Langoni escreve em uma edição para o *Jornal do Brasil*. Ele ressalta que há duas posições antagônicas entre os economistas envolvidos no debate sobre a distribuição de renda: a primeira mais próxima do governo, sendo os seus próprios estudos um representante de destaque; e em outro pólo estiveram os estudos que entendem a problemática da distribuição de renda como resultados das políticas econômicas colocadas em curso pós-1964. A interpretação de Langoni não foi bem recebida por outros economistas, estendendo assim o debate sobre a questão da distribuição de renda.

Na próxima seção revisitaremos críticas à interpretação de Langoni conduzidas por Maria da Conceição Tavares, de José Serra e Paul Singer, como um exemplo, não apenas do debate econômico que se seguiu, mas como uma forma de explicitar nossa intenção de compreender esse debate a partir do modelo de controvérsias e das disputas entre os economistas, nos quais as instituições e as circunstâncias de produção assumem importância interpretativa.

## **4. O debate sobre distribuição da renda na visão dos economistas críticos**

### **4.1. Maria da Conceição Tavares**

Nesta seção, analisamos o debate sobre a distribuição de renda sob o pensamento crítico. Dentre estes economistas, nós identificamos, primeiramente, as formulações e proposições de Maria da Conceição Tavares e José Serra. A justificativa para estes autores refere-se às suas formações no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o pensamento crítico em ascensão no Brasil. Criada em 1948, a importância da CEPAL está relacionada aos seus aspectos, históricos e geográficos, que buscaram compreender as especificidades da região, sendo um elemento importante que

nos ajuda a compreender a formação do espaço do economista na região, os quais representam uma antítese aos cânones da teoria econômica. Muitos debates impulsionados nas décadas seguintes, difundidos na região, tiveram como formulações teóricas as proposições desenvolvidas na CEPAL (MONTECINOS, 1996; LOUREIRO, 1997d; COLISTETE, 2001; LEBARON, 2001; FOURCAGE, 2006; MARKOFF; MONTECINOS; RIVADULLA, 2009; KLÜGER, 2017). Nesse sentido, a “circulação de pessoas e de ideias entre o Brasil e Santiago é, certamente, peça fundamental na configuração da ciência econômica e da política econômica no Brasil” (KLÜGER, 2017, p. 32). Assim, o engajamento de Tavares e Serra no debate sobre a distribuição de renda é um fixador de posições no espaço dos economistas no Brasil. Além do mais, fez ecoar proposições teóricas críticas ao influenciar as análises como as de Paul Singer, então ligado ao CEBRAP.

Maria da Conceição Tavares teve trajetória extensa no ambiente acadêmico, sendo uma importante intelectual e um elemento chave para compreender as ideias econômicas em disputa no Brasil. Ainda morando em Portugal, ela se forma em Matemática (1953). No Brasil, graduou-se em Economia. Em 1968, Maria da Conceição Tavares se transfere para a sede da CEPAL em Santiago, no Chile. Tavares foi convidada a lecionar na Escolatina como professora-visitante. Segundo Tavares, o contato com a CEPAL lhe conferiu uma formação distinta dos padrões neoclássicos, “por isso sou uma economista crítica” (TAVARES, 1996, p. 130). Para Tavares, “a CEPAL ensinava naquela altura os grandes autores críticos, justamente porque ela sabia que as academias ensinavam uma pseudoteoria neoclássica de baixo nível” (TAVARES, 1996, p. 131).

Ela comenta que o contato com a CEPAL: “[...] serviu também para me dar uma preocupação nova sobre o que é formação histórica, [...] o papel dos agentes econômicos em uma sociedade [...] portanto, uma perspectiva estrutural histórica” (TAVARES, 1996, p. 132). Este contato foi virtuoso para que a formulação de teorias eu compreendessem as especificidades da América Latina. Chama atenção, o fato de Maria da Conceição Tavares ser a única mulher a se envolver na controvérsia sobre a distribuição de renda no período em que analisamos<sup>5</sup>.

Em 1972, o Jornal Opinião publicou uma matéria intitulada “Milagre Brasileiro – o grande debate”. O periódico indicava que o debate sobre a questão mobilizou alguns economistas, como aqueles pertencentes aos quadros do governo, por exemplo, Delfim Netto. De acordo com essa matéria, “Os economistas da linha oficial, também tem sua interpretação do ‘milagre’, aliás muito mais difundida do que os trabalhos dos economistas contrários ao modelo” (MILAGRE..., 1972, p. 12). Por outro lado, tal como buscamos ressaltar, a questão também preocupou economistas de uma linhagem crítica. Assim, menciona o jornal:

A partir do ‘Além da Estagnação’ formou-se portanto uma nova corrente de pensamento econômico no Brasil. Essa corrente conta hoje para mencionar apenas os autores de trabalhos

---

<sup>5</sup> Klüger (2017, p. 81) ressalta que Maria da Conceição Tavares ocupou posição excepcional no campo do economista sendo “[...] a única mulher a ter destaque no espaço dos economistas por quase dez anos”.

recentes sobre o comportamento global da economia brasileira – com José Serra (O milagre econômico brasileiro, realidade e mito) Celso Furtado (“A análise do modelo brasileiro”); Francisco Oliveira (A economia brasileira critica a razão dualista); e Paul Singer (O milagre brasileiro: causa e consequências [...]) (MILAGRE..., 1972, p. 12).

Tavares apresenta uma interpretação sobre a distribuição de renda que aponta que a desigualdade de renda no Brasil é funcional, ao utilizar os esquemas de reprodução dos rendimentos, dada as características do processo histórico de industrialização nacional. Desse modo, a economia brasileira reproduz uma orientação macroeconômica excludente:

De nosso ponto de vista é possível utilizar os conceitos básicos dos esquemas de reprodução para chegar a uma visão de como se podem modificar as características básicas de articulação endógena entre distribuição de renda e acumulação em distintos padrões históricos de acumulação. Nossa tentativa se orientará por buscar as formas pelas quais se vai resolvendo dinamicamente a contradição entre produção e realização de um excedente conforme a orientação do progresso técnico e do processo de acumulação se dê em forma dominante por um outro dos três grandes Departamentos de um sistema econômico em expansão (TAVARES, 1973, p. 37).

A evolução dos três Departamentos varia de acordo com a evolução histórica das economias. Isso significa que quando se compara dois países, a evolução dos Departamentos não segue uma trajetória linear. Nos esquemas clássicos, a dinâmica intersetorial dá-se basicamente entre D1 e D3. As condições se modificam quando a expansão de D1 leva a introdução do progresso técnico em D3 que aumenta a produtividade da mão-de-obra, permitindo aumentar a taxa de exploração. As condições de reprodução do sistema se modificam mediante uma queda do preço da mão-de-obra e aumento da competitividade entre os capitalistas. Já nas economias subdesenvolvidas, ela cria uma contradição particular: consumo dos trabalhadores “versus” consumo dos capitalistas. Esse modo de produção é inerente a uma economia subdesenvolvida desde a constituição dos padrões de reprodução. Consequentemente, uma economia capitalista não pode expandir por muito tempo acelerando o crescimento “de D1 em relação a D3 sem criar sérios problemas de realização ou tendência à estagnação, a menos que se modifiquem, novamente, as condições de introdução do progresso técnico ou os preços relativos” (TAVARES, 1973, p. 42). Neste esquema interpretativo, a dinâmica da economia são os ciclos endógenos de acumulação do capital como os motores da economia. Visto que se trata de uma economia industrializada, o contexto de capital e suas relações intersetoriais são importantes.

## 4.2. José Serra

José Serra se formou em Engenharia pela USP, em 1964, ano no qual também começou a militância estudantil, ocupando a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE). Neste período, ele foi perseguido pelos militares, buscando exílio no Chile, onde trabalhou como pesquisador e professor da CEPAL. Paralelamente, fez o curso de

planificação de desenvolvimento econômico (especialidade planificação industrial), encerrado ainda em 1966, e o curso oferecido pelo Programa de Estudos Econômicos da Escolatina, concluído em 1968. Nesse mesmo ano foi professor e pesquisador do Instituto de Economia da Universidade do Chile, na Escola de Pós Graduação em Economia ou simplesmente Escolatina. Ainda nessa instituição foi professor da cadeira de estruturas e modelos de desenvolvimento da América Latina (1969-1970 e 1972-1973). Em 1972 obteve o grau de mestre em Ciência Econômica por essa universidade.

Como professor do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), sendo este integrado à CEPAL, para ele, “Santiago era uma espécie de centro intelectual da América Latina. Lá havia instituições internacionais de âmbito latino-americano” (SERRA, 2009, p.185). Entre essas instituições, podemos destacar a CEPAL. Nas palavras de Serra, “[...] O ILPES foi um instituto que o Raúl Prebisch criou depois que deixou a secretaria da Cepal, mais voltado para a docência e a pesquisa” (SERRA, 1999, p. 120). Serra destaca o seu encontro virtuoso com os intelectuais cepalinos, sobretudo Aníbal Pinto. Desse contato surgem com o “professor Aníbal alguns dos artigos pioneiros sobre as características e determinantes da distribuição pessoal da renda no processo de desenvolvimento” (SERRA, 1998, p. 4). Dos estudos de Aníbal Pinto em 1970, destacam-se aqueles que visaram explicar as especificidades das economias latino-americanas, com ênfase para os agentes envolvidos neste processo.

Em 1973 ele escreveu o artigo A reconcentração da renda: justificações, explicações, dúvidas. Seu objetivo “limita-se a criticar alguns enfoques sobre o processo de reconcentração da renda, realizado por economistas ‘oficiais’, cujo esforço analítico está voltado à apologia do modelo econômico brasileiro” (SERRA, 1973, p. 263). Por economistas “oficiais” José Serra entende aqueles que ocupavam uma posição estratégica no governo, dentre estes estavam Delfim Netto e o que ele denominou como economistas menores. Serra, então, busca responder a estes autores. Assim, o enfoque analítico oferecido por estes autores, segundo Serra, estava preocupado, sobretudo, em fazer uma apologia às políticas econômicas dos governos militares, e não estabeleceram uma resposta satisfatória aos problemas da distribuição de renda no Brasil.

é falso o que habitualmente se sustenta, de que o aumento da renda pessoal dos setores mais ricos provoca um aumento da sua propensão a poupar e conseqüentemente eleva a propensão correspondente da economia. Sua propensão média a poupar pode ser mais alta que a dos grupos mais pobres, mas não tende a aumentar diante de incrementos da renda (SERRA, 1973, p. 266).

Em se tratando da economia brasileira, essa relação é inválida devido a duas características da economia brasileira: trata-se de uma economia subdesenvolvida e dependente. A reconcentração da renda estimulou “a concentração de poder de consumo em benefício dos grupos mais altos” (SERRA, 1973, p. 266). Essa argumentação é usada para fazer frente às teorias de economistas que ocupam lugares estratégicos no governo, buscando então construir os seus principais interlocutores e maneiras de se contrapor aos responsáveis por difundir essas teorias.

Em suma, as contestações de Maria da Conceição Tavares e José Serra resultaram dos meios intelectuais que estiveram envolvidos no âmbito de pensar as características da América Latina. A dimensão conflitiva de trabalhos conduzidos por Tavares e Serra está articulada aos meios sociais e institucionais nos quais os seus trabalhos foram desenvolvidos. Quando a questão da distribuição da renda emerge, transformando-se em uma corrente crítica. As análises de Tavares e Serra também inspiraram os trabalhos de Paul Singer, este então ligado ao CEBRAP.

### 4.3. Paul Singer e o CEBRAP

Foi no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) que o pensamento crítico ganhou adesão. Raul Ekerman (1989), observando as transformações na atuação dos economistas no Brasil, ressalta que o CEBRAP foi um destacado centro de produção de conhecimento. A formação desse grupo pode ser compreendida como um movimento de resistência em relação aos eventos políticos que se passavam no país. Entre seus membros estiveram ex-professores aposentados compulsoriamente ou que fugiam da repressão do regime. De acordo com Klüger (2017), o CEBRAP podia ser associado à esquerda, mas as pesquisas conduzidas por seus membros estavam vinculadas às diretrizes da Fundação Ford. Os temas de investigação analisavam a democratização, demografia, migração, trabalho, teorias do imperialismo, críticos das teorias da dependência e a distribuição de renda.

Paul Singer é um destacado representante para compreender o pensamento crítico que se formou à época. A trajetória dele se articula em dois aspectos intimamente relacionados: a sua formação em grupos multidisciplinares e o seu convívio com intelectuais que lutavam contra a ditadura militar. Em 1972, o *Jornal Opinião* lançou um número dedicado às vertentes sobre a questão da distribuição da renda. Segundo a edição, o texto *Além da Estagnação* deu impulso a uma nova corrente de pensamento econômico brasileiro, sendo representado por estudos de autoria de José Serra, Celso Furtado, Francisco de Oliveira e do próprio Paul Singer. Segundo o jornal, o CEBRAP era “um dos locais mais ativos para a discussão dessas ideias [...] onde todo dia reúne um pequeno grupo de economistas, sociólogos cientistas políticos e filósofos” (MILAGRE..., 1972, p.12).

De acordo com Klüger (2017) houve intensos intercâmbios entre a UNICAMP e o CEBRAP, especialmente por meio de Maria da Conceição Tavares e da análise do texto “‘Além da Estagnação’ foi trazido ao CEBRAP” (SINGER, 1999, p. 74). A difusão deste texto no CEBRAP foi importante, pois deu origem a outros dois textos, de Chico de Oliveira, *Crítica a Razão Dualista*, e do próprio Singer. Em se tratando dos posicionamentos de Singer,

[...] o fato de ter havido um desenvolvimento intenso desde a época do Juscelino até a época do milagre e a desigualdade ter aumentado era para nós um argumento fundamental não só contra a ditadura, mas contra o capitalismo. Havia a tese do Carlos Geraldo Langoni, que não inventa nada, só aplica a análise convencional de distribuição de renda, em que se procuram diferentes fatores para explica-la, como raça, gênero, sorte etc. Em suma, para ele, a

desigualdade é circunstancial. Tese que vai naufragar em função dos estudos históricos que foram feitos e que mostram como o desenvolvimento, quando começa muito intensamente, produz maior desigualdade (SINGER, 2009, p. 86).

Em 1972, o referido Jornal Opinião destaca a interpretação de Singer no debate:

Na verdade, não há nada de ‘natural’ na concentração da renda. Ela decore de circunstâncias político-institucionais – basicamente a desigualdade da repartição da propriedade – que podem ser mudadas sem que o crescimento da economia seja negativamente afetado. [...] Também não é natural que o aumento da desigualdade na repartição dos salários, como tem acontecido entre nós ultimamente (MILAGRE..., 1972, p. 13).

Em 1973 Singer escreve o trabalho Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. Para ele “[...] o que os dados não demonstravam, nem podiam fazê-lo, era por meio de que mecanismos se dava a concentração da renda, nem que grupos eram beneficiados e que grupos ficavam à margem dos frutos do desenvolvimento” (SINGER, 1973, p. 73). Estes mecanismos se traduzem nos fatores políticos e sociais que exercem peso sobre a distribuição dos rendimentos.

Essa dinâmica, em grande medida, é “[...] determinada por fatores históricos-estruturais, o excedente acumulado depende da proporção em que o excedente total é dividido entre consumo produtivo e improdutivo” (SINGER, 1973, p. 76). Isso está atrelado também em uma dimensão política, pois a distribuição da renda “[...] se dá no contexto de um sistema de dominação, que dita os parâmetros que determinam de um lado a repartição do produto entre necessário e excedente (política salarial, sindical, previdenciária etc.) e do outro o modo de apropriação do excedente (política fiscal, de crédito, de preços, etc.)” (SINGER, 1973, p. 76).

Em suma, em Singer (1973) podemos ver como estudos sobre distribuição de renda se ligou no âmbito do CEBRAP. Singer, em seus trabalhos, define os interlocutores e as instituições responsáveis pela concentração da renda no país. A piora na distribuição de renda se vincula, portanto, na condução da política econômica sob a égide dos governos militares.

## 5. Outras linhagens críticas

O debate sobre a distribuição de renda em 1970 trouxe em seu bojo diferentes estratégias e nítidas polarizações de atuação dos economistas identificados no espaço do economista. Esse debate também mobilizou economistas como Edmar Bacha, Pedro Malan, John Wells e Rodolfo Hoffmann. O debate mobilizou também proposições de economistas que estiveram em posições críticas heterogêneas. Assim, os agentes econômicos analisados nessa seção buscaram se contrapor às proposições “oficiais” para a péssima distribuição de renda, sendo um mecanismo capaz de marcar posições no debate. As trajetórias destes profissionais se ligam a estas disputas sobre a distribuição de renda, colaborando – cada um a seu modo – com as disputas em torno das desigualdades de renda.

Nós identificamos, então, as diferenciações que permeiam o espaço de atuação dos economistas no Brasil.

Edmar Bacha obteve a sua graduação em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1963. Em 1964, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fez o curso de aperfeiçoamento de economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Este contato com a FGV lhe propiciou uma vaga para cursar pós-graduação no exterior. No ano de 1965, Bacha iniciou o curso de pós-graduação na Universidade de Yale, em New Haven (EUA), onde obteve o título de mestre e doutor. No início da década de 1970, Bacha atuou como professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE) e foi coordenador do IPEA. A partir de 1972 tornou-se professor da Universidade de Brasília (UnB), onde fundou a pós-graduação em Economia.

Bacha, assim, menciona em quais assuntos sobre economia brasileira ele participou: “Todo o debate sobre distribuição de renda, sobre a crise da dívida externa e sobre inflação inercial” (BACHA, 1996, p. 234). O envolvimento de Bacha nas controvérsias sobre a distribuição de renda nos torna interessante para especificar como um economista se liga com as questões de uma época, exemplificando as polêmicas que premiam o espaço dos economistas. Ou seja, Edmar Bacha foi um importante autor a refletir sobre a distribuição de renda em 1970, o seu envolvimento em debates tendo como pano de fundo as questões políticas da época:

Toda a minha reinserção no Brasil depois do doutorado teve muito a ver com a luta contra a ditadura. É basicamente nesse contexto. A atuação naquele tempo era muito politizada e havia concorrência nesse sentido. Delfim [Netto] e [Mário] Simonsen estavam ligados ao governo militar e a UnB representava uma alternativa. Tem um claro sentido político aí. Essa é a coisa mais importante, porque uma vez que se tire a nuvem da ditadura a frente, as diferenças propriamente de teoria econômica aparecem com muito menor relevância. Havia uma sobreênfatização de diferenciações de questões teóricas em Economia, mas o que estava realmente pegando era a questão da luta pela democracia [...] (BACHA, 1996, p. 234).

Assim, a partir dos estudos gerenciais, Bacha fala sobre a distribuição salarial na economia brasileira, isto é, “cada novo nível hierárquico corresponderá um salto salarial, haja ou não diferença em níveis educacionais” (BACHA, 1973, p. 135). Quando Bacha se cerca dessas teorias, ele define com quem está dialogando e quem critica. Ao falar das remunerações, sobretudo dos salários recebidos pelos trabalhadores, Bacha expõe a interferência do governo no mercado de trabalho.

Essa perspectiva segue interpretação, representada por Bacha como expressão da “[...] análise clássica, admitimos que a variável chave na determinação da distribuição da renda seja a taxa de exploração, em nosso caso redefinida como a relação entre remuneração de gerentes e salários dos trabalhadores [...]” (BACHA, 1973, p. 133). Neste escopo interpretativo, as causas dessa diferenciação na distribuição de renda têm um dos seus aspectos inerentes à política salarial e na ação sindical. Esses resultados refletem as políticas salariais colocadas em curso durante a década de 1960 e a proibição da ação dos sindicatos.

A política salarial no período consistiu da fixação do salário mínimo, regulamentação da fórmula de reajustamento salarial a ser obedecida nos acordos e dissídios coletivos, e proibição à ação sindical reivindicatória fora dos Tribunais do Trabalho (BACHA, 1973, p. 152).

### Para ele, a desigualdade na renda

[...] não parece se tratar de fenômeno passageiro, ou consequência temporária do jogo da oferta e procura de mão-de-obra qualificada. Trata-se aparentemente de fenômeno de fundas raízes estruturais que não pode ser corrigido apenas através do aumento do nível de escolaridade da mão-de-obra do país. A única solução parece ser uma taxação crescente dos lucros e dos salários superiores, empregando-se o produto da arrecadação em investimentos públicos de alto poder germinativo de empregos permanentes (SINDICATO..., 1973).

Pedro Malan e John Wells tem em comum em suas trajetórias e aparecem juntos no debate sobre a controvérsia em entrevistas na imprensa escrita. Ambos tiveram a sua formação na Universidade de Berkeley sob a orientação de Albert Fishlow. Pedro Sampaio Malan é engenheiro por formação. Em 1964, ele iniciou o curso de Economia pela Universidade do Estado da Guanabara, atual UERJ, porém não chegou a concluir este curso. Malan fez cursos pela CEPAL e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O seu bom desempenho favoreceu sua candidatura a uma posição no então EPEA, onde pode iniciar a sua carreira como pesquisador (PEDRO..., 2019).

Para Malan e Wells (1975), a interpretação de Langoni restringe as explicações sobre a distribuição de renda nos mecanismos de mercado, como sendo estes capazes de resolver os problemas distributivos no Brasil. Langoni aposta apenas em séries de sugestões de política econômica, em busca de “eficiência alocativa” e ampliação de “oportunidades” através dos mecanismos de mercado. Isso para os autores é problemático, pois

[...] a experiência de qualquer país capitalista indica claramente que não há qualquer tendência intrínseca para o sistema distribuir automaticamente, seja riqueza, seja renda, sejam oportunidades. Que isso tenha de fato corrido em vários países avançados é um fato, mas consequência de atividades organizadas politicamente por parte dos grupos e classes interessadas no controle ou na influência sobre a estrutura de poder da sociedade, consubstanciada no aparato institucional do Estado (MALAN; WELLS, 1973, p. 256-257).

Enquanto Langoni enxerga as diferenciações de renda como passageira, e condizentes com o automatismo do mercado, em que a eficiência levaria a alocação ótima dos recursos, Wells e Malan (1973) ressaltam que as desigualdades foram impostas pelos mecanismos de intervenção do Estado na economia, através dos instrumentos de controle salarial.

Wells e Malan também estiveram presentes nos debates na imprensa. Em 1974 o Jornal do Brasil dedicou páginas a remontar esse debate. Na ocasião, o jornal dava destaque e voz a Carlos Geraldo Langoni, John Wells e Pedro Malan. Ao reunir estes entrevistados, o jornal ressaltava o posicionamento dos autores representantes do debate, atingindo assim um público que não se circunscrevia ao âmbito acadêmico. Dentro destas disputas, nas

quais o debate público representou uma de suas faces, para Malan e Wells as explicações dadas por Langoni são insuficientes, pois

A verdade é que, além da posição do professor Langoni, não há uma segunda posição claramente definida para o que ocorreu no Brasil, ao longo da década, em termos de distribuição de renda. Vários autores sugerem que a política econômica (a salarial e/ou a de incentivos à lucratividade privada) não primou pela neutralidade distributiva (Mário Henrique Simonsen); que o fenômeno não deve ser reduzido a desequilíbrios no mercado de trabalho (R. Hoffmann); que a distribuição funcional altera-se nas diferentes fases do ciclo (J. Wells); que parte dos salários é função do comportamento dos lucros (Edmar Bacha); e que a distribuição dos estoques de ativos reais e financeiros afeta a distribuição dos fluxos de renda (R. Hoffmann). Nenhuma dessas questões mereceu a atenção do professor (A RENDA..., 1974, p. 78).

Rodolfo Hoffmann foi outro autor que buscou refletir sobre as causas da desigualdade na distribuição da renda. Hoffman acabava de defender a sua tese sobre distribuição de renda na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP) quando a questão sobre a desigualdade de renda ascendeu, irradiando o debate público, Hoffmann já despontara como um jovem pesquisador em economia, com participação direta nos debates levantados entre os seus pares.

Isto é, Hoffmann enfatiza que as políticas levaram ao aumento da desigualdade. Isso pode ser visto em seus argumentos, nos quais ele se apoia para dimensionar a questão da distribuição da renda e em sua presença no debate público. Em 1972, após a conclusão de sua tese, Hoffmann emerge no debate buscando salientar a sua posição no debate público; em edição do *Jornal do Brasil*, diz Hoffmann. Do ponto de vista econômico, as soluções são muitas e não existe incompatibilidade nenhuma. Para resolver a crise econômica que o país atravessou no início da década de 60 havia várias opções e foi escolhida uma que levou à maior concentração da renda. Mas essa escolha foi política e não necessária do ponto-de-vista exclusivamente econômico. Houve, portanto, uma decisão em nível político (CONCENTRAÇÃO..., 1972).

Para Hoffmann, as desigualdades experimentadas na distribuição de renda representavam os resultados de políticas econômicas que não foram produtos “naturais”, mas foram claramente deliberadas e, assim, circunscreveram as opções de política econômica em voga durante a década de 1960. As desigualdades observadas na renda não se restringiram aos mecanismos de mercado – cujo constructo assenta-se na lei da oferta e da procura, mas um resultado deliberado das políticas econômicas. Assim, podemos ressaltar a dimensão conflitiva do debate que foi levada adiante por Hoffmann, colocando-o ao lado dos economistas críticos.

Hoffmann frequentemente apareceu entre os debates conduzidos na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a qual representou um local importante para a contestação do que ocorreria no Brasil. Como o próprio Hoffman ressalta, “[...] nessa época, as reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) ganharam enorme importância como fórum de manifestação de críticas do regime” (HOFFMANN, 2007, p. 135). Assim, as disputas em torno da distribuição de renda foram capazes de mobilizar outras instâncias do debate no contexto da ditadura militar, além das universidades. Conforme o autor:

A remuneração de parte dos empregados administrativos, particularmente dos executivos das empresas, é estabelecida por forças sociais que regulam o nível de renda das classes dominantes (A “elite do poder”, conforme Mills), e não em função da oferta e da demanda de mão-de-obra. Na sua qualidade de membros ou ‘assessores’ da ‘elite do poder’, esses empregados administrativos foram beneficiados pelo processo de concentração da renda e do poder econômico que teve lugar no Brasil (HOFFMANN, 1972, p. 110).

Para Hoffmann (1972), o aumento da diferença dos salários entre os operários e empregadores administrativos estão entre os determinantes que contribuíram para o aumento de concentração de renda no setor industrial. Assim, ao observar e avaliar o crescimento econômico, sobretudo em fins da década de 1960 e começo de 1970, o autor entende que

[...] o crescimento da indústria brasileira no decênio 1960-70 caracterizou-se, também, por um nítido aumento do grau de concentração tanto da renda como do poder econômico. Mas esse processo de concentração se deu a partir de um padrão de distribuição já bastante concentrado (HOFFMANN, 1972, p. 114).

A solução para o problema da renda torna-se inviável de se resolver pelo automatismo do mercado, tal como indicado pela teoria pessoal da distribuição da renda. Para refrearem os problemas oriundos das desigualdades de renda, resguardam a intervenção do Estado na economia. Portanto, a desigualdade na distribuição da renda não representa um fenômeno natural que se buscará autocorrigir-se na medida em que o crescimento econômico se eleva e se perpetua pelo tempo.

## **Conclusão**

Após a divulgação do Censo de 1970, desencadeou-se um extenso debate sobre a distribuição de renda no país, momento paradigmático para entendermos as disputas entre os economistas. Os agentes econômicos envolvidos no debate analisado tiveram importância para a configuração dos espaços de discussão em economia no Brasil. Assim, a questão da distribuição da renda torna-se exemplificadora de como o campo dos economistas está imbricado por disputas. Para elucidá-las, investigamos as trajetórias dos autores envolvidos, em um momento em que houve modernização das instituições de produção do conhecimento em economia. Consideramos, então, que a trajetória institucional é importante para recuperar os argumentos levantados por cada autor envolvido. Caracterizando-se, assim, a dinâmica da produção do conhecimento em economia. Para elucidá-las, investigamos as trajetórias dos autores envolvidos, como Albert Fishlow, Carlos Geraldo Langoni, Maria da Conceição Tavares, José Serra Paul Singer, Bacha, John Wells, Pedro Malan e Rodolfo Hoffmann.

Tal como procuramos demonstrar, há diferentes instancias do debate que pode ser apreendido nos posicionamentos dos diferentes economistas envolvidos. Essas instâncias são relevantes no processo de formação do conhecimento em economia. Dessa forma, há vários fatores que incidem sobre a produção dos autores relevantes para compreenderem

as disputas sobre a desigualdade de renda. Neste sentido, as disputas acerca das desigualdades de renda são paradigmáticas para compreender como as análises sobre a distribuição de renda foram pensadas, projetadas e estudadas pelos economistas. Assim, buscamos articular a filiação institucional a qual pertencia cada autor, bem como suas respectivas escolas de formação e filiações teóricas nas quais o pensamento de cada autor se envolveu. Caracterizando-se, assim, a dinâmica da produção do conhecimento em economia.

Em suma, podemos verificar que o campo dos economistas é permeado por outras questões que são inerentes à política e a formação do conhecimento. Ao nos debruçarmos sobre a trajetória dos autores envolvidos e as instituições às quais pertenciam, nós podemos identificar as divergências teóricas do debate, que resultaram uma grande pluralidade de pensamento. Neste sentido, salientamos que estes fatores incidem sobre a posição dos economistas, revelando conflitos e tensões presentes no debate sobre a distribuição da renda em 1970.

## Referências

A RENDA dos Brasileiros. **Revista Veja**, n. 196, 7 de jun. 1972. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/acervo/>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

ANDRADA, Alexandre; BOIANOVSKY, Mauro. Economic debates under authoritarian regimes: The case of the income distribution controversy in Brazil in the 1970s. **Center for the History of Political Economy at Duke University Working Paper Series**, v. 12, 2019.

BACHA, E. L. Edmar Lisboa Bacha: 1999. [Entrevista concedida a] Guido Mantega e José Marcio Rego. In: MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 231-250.

BACHA, E. L. Hierarquia e remuneração gerencial. In: TOLIPAN, R; TINELLI, A. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 124-58.

**CARLOS Geraldo Langoni**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil, v. 9). Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc\\_bc\\_volume\\_9\\_carlos\\_langoni.pdf](https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_9_carlos_langoni.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000100004>

COSTA FILHO, A. Paul Israel Singer. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (org.). **Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 455-464.

EKERMAN, R. A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje. **Revista Brasileira de Economia**, v. 43, n. 2, p. 113-138, 1989.

EDMAR Lisboa Bacha. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV, c2017. Disponível em: Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmar-lisboa-bacha>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FERNÁNDEZ, R. G.; SUPRINYAK, C. E. **Creating Academic Economics in Brazil: the Ford Foundation and the beginnings of ANPEC**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2015. (Texto para Discussão, n. 514).

FISHLOW, A. A distribuição de renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C (org.) **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 159-189.

FISHLOW, A. Albert Fishlow: 2005. [Entrevista concedida a] Maria Celina D’Araujo, Ignez Cordeiro de Farias, Lucia Hippolito. In: D’ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C.; HOPPOLITO, L. (org.). **IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 50-56.

FOURCADE, M. The construction of a global profession: The transnationalization of economics. **American journal of sociology**, v. 112, n. 1, p. 145-194, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1086/502693>.

GERALDO Langoni. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV, c2017. Disponível em: Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/langoni-carlos-geraldo>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

HOFFMANN, R. Distribuição de renda e crescimento econômico. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; COELHO, Francisco da Silva (org.). **Ensaio do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 133-142.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição de renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 46-66, 1972.

HOFFMANN, R. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 105-123.

HOUCCOURT, G. C. John Richard Wells (1947-1999). In.: HOUCCOURT, G. C. **The making of a post-Keynesian economist**. Inglaterra: Cambridge Harvest, 2012 p. 253-255.

JOSÉ Serra. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FVG, c2017. Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-serra>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

KLÜGER, E. **Meritocracia de laços**: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. 2017. 851f. Tese de Doutorado – Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

LAGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LEBARON, Frédéric. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 2, 2012. DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2012.v4i2.5176>.

LOUREIRO, M. R. G. **50 anos de ciência econômica no Brasil**: pensamento, instituições, depoimentos. Petrópolis: Editora Vozes, 1997a.

LOUREIRO, M. R. G. Formação das elites político-administrativas no Brasil: as instituições de pesquisa econômica aplicada. **Revista do Serviço Público**, v. 48, n 2, maio/ago. 1997b.

LOUREIRO, M. R. G. Formação de quadros para o governo: as instituições de pesquisa econômica aplicada. In: **50 anos de ciência econômica no Brasil**: pensamento, instituições, depoimentos. Petrópolis: Editora Vozes, 1997c. p. 203-225.

LOUREIRO, M. R. G. **Os economistas no governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 1997d.

LOUREIRO, M. R.; LIMA, G. T. A internacionalização da ciência econômica no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 14, n. 3, p. 31-50, 1994.

MALAN. P. S. Pedro Sampaio Malan: 2005. [Entrevista concedida a] Maria Celina D'Araújo, Ignez Cordeiro de Farias, Lucia Hippolito. In: D'ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I.

C.; HIPPOLITO, L. (org.). **IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 57-69.

MALAN, P. S; WELLS, J. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil. In: TOLIPAN, R; TINELLII, A. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 241-263.

MALTA, M. M. de. *et al.* **Ecos do Desenvolvimento**. Uma História do Pensamento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ipea e Centro Celso Furtado, 2011.

MARIA da Conceição Tavares. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FVG, c2017. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/maria-da-conceicao-de-almeida-tavares>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

MICELI, S. **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: FAPESP-Sumaré. 1993

MILAGRE brasileiro: o grande debate. **Opinião**, n. 4, 27 nov./4 dez. 1972. p. 11-14. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/123307/87?pesq=Maria%20da>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MARKOOF, J.; MONTECINOS, V.; RIVADULLA, M. J. A. Economists in the Americas: convergence, divergence and connection. In: MARKOOF, John; MONTECINOS, Verônica. **Economists in the Americas**. Cheltenham/Northampton, Edward Elgar, 2009. p. 1-62.

MONTECINOS, V. Economists in political and policy elites in Latin America. **History of Political Economy**, v. 28, n. Supplement, p. 279-300, 1996. DOI <<https://doi.org/10.1215/00182702-28-sup-279>>

PADRÃO de vida não melhorou por igual para todos. **Jornal do Brasil**, n. 101, 30 jul. 1972. 1º Caderno. p. 42. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pagfis=700](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pagfis=700)>. Acesso em: 15 abr. 2019.

PEDRO Malan. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**. Rio de Janeiro: FGV, c2017. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-sampaio-malan>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

**PEDRO S. Malan**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019. (Coleção Histórias Contadas do Banco Central do Brasil, v. 19). Disponível em:

<[https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc\\_bc\\_volume\\_19\\_pedro\\_malan.pdf](https://www.bcb.gov.br/historiacontada/publicacoes/hc_bc_volume_19_pedro_malan.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2019.

POSSAS, M. S. Maria da Conceição Tavares. In: SZMERECSÁNYI, T.; COELHO, F. S. (org.) **Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p.445-454.

PRADO, L. C. D. Werner Baer, os brasilianistas e a interpretação econômica do Brasil: uma nota. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 18, p. 186-193, jan./jun. 2016.

SAES, A. M.; SAES, F. O pensamento econômico brasileiro no século XX: uma breve nota sobre as principais tendências e rupturas. **Boletim Informações FIPE**, São Paulo, p. 44-52, 2016.

SERRA, J. A reconcentração da renda: justificações, explicações e dúvidas. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 263-288.

SERRA, J. José Serra: 2009. [Entrevista concedida a] Flávio Moura e Paula Montenegro. In: MOURA, Flávio; MONTERO, Paula (ed.). **Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 182-194.

SINGER, P. I. Paul Israel Singer: 1932. [Entrevista concedida a] Guido Mantega e José Marcio Rego. In: MANTEGA, G.; REGO, J. M. **Conversas com Economistas Brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 55-91

SINGER, P. Paul. Singer: 2009. [Entrevista concedida a] Flávio Moura e Paula Montenegro. In: MOURA, Flávio; MONTERO, Paula (ed.). **Retrato de grupo: 40 anos do Cebrap**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 72-93.

SINGER, P. Desenvolvimento e repartição da renda no Brasil. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 73-104.

TAVARES, M. C. Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização. In: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 36-69.

TAVARES, M. C. Maria da Conceição Tavares: 1930. [Entrevista cedida a] Ciro Biderman, Luis Felipe L. Cozac, José Marcio Rego. In: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F.

L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 127-152.

TAVARES, M. C.; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil. In: TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.p.155-207.